

Desenvolvimento Local e educação política urbana para a relevância rural

Local Development and urban political education for rural relevance

Desarrollo Local y educación política urbana para la dimensión rural

Robinson Jorge Paulitsch^a e Vicente Fideles de Ávila^b

^aServiço Nacional de Aprendizagem Rural e ^bUniversidade Católica Dom Bosco

contato: fideles@ucdb.br

Resumo: Este estudo trata da conscientização e da educação política no tocante às potencialidades e multifuncionalidade rurais. Após análises sobre multifuncionalidade, pluriatividade e desenvolvimento rural no prisma do Desenvolvimento Local, o texto se conclui com referências à educação política urbana para a dimensão rural no processo de desenvolvimento quantitativo-qualitativo nos âmbitos comunitário-local e urbano-rural.

Palavras-chave: Educação política; desenvolvimento rural; Desenvolvimento Local.

Abstract: This study handles awareness and political education as to rural potential and multifunctional activities. After analyzing the rural multifunctional, plurality and development aspects through the prism of Local Development, the text concludes with references to urban political education within the rural dimension in the process of quantitative-qualitative development in the ambits of local community and urban-rural community.

Key words: Political education; rural development, Local Development.

Resumen: Este estudio trata de la conscientización y de la educación política concerniente a las potenciabilidades y multifuncionalidades rurales. Tras análisis sobre multifuncionalidad, pluriactividad y desarrollo rural en el prisma del Desarrollo Local, el texto concluye con referencias a la educación política urbana para la dimensión rural en el proceso de desarrollo cuantitativo-cualitativo en los ámbitos comunitario local y urbano rural.

Palabras-clave: Educación política; desarrollo rural; Desarrollo Local.

Introdução

A importância da vida rural não se restringe, em todos os países do mundo, tão-somente aos seus limites geo-humanos. No Brasil, a urbanização se acelerou vertiginosamente após os anos 1940. O Censo Demográfico daquele ano identificou em torno de 70% da população vivendo em zona rural e, trinta anos depois, o Censo de 1970 já acusava situação praticamente inversa, ou seja, a população da zona urbana é que rondava os 70%. Em verdade, o esvaziamento populacional do campo continua, só que de maneira não tão rápida quanto naquela época, em virtude tanto do sonho em relação a emprego e facilidades urbanas quanto da intensificação de conhecimentos científicos e logística tecnológica em todas as dimensões da produção rural.

No entanto, o Brasil como um todo é, ainda, um país dependente da vida assim como da produção rural. E depende não só economicamente, como os noticiários da imprensa nacional têm apontado nesta época recorde de produção de grãos, cerca de cento e dezesseis milhões de toneladas neste ano, o que já pode representar expectativa de fatura interna – embora mal aproveitada e distribuída – e entrada de divisas externas, até mesmo para a geração de ocupação e renda urbanos. Depende também sócio-culturalmente, ou seja, milhões de brasileiros, entre migrados do campo, seus descendentes

e familiares, abarrotam as periferias das cidades país afora, numa situação atípica em termos de identidade sócio-cultural: descaracterizaram a rural, predominante até o final da primeira metade do século XX, mas ainda não internalizaram a urbana. Por isso, lhes calha bem a situação de periféricos em relação a ambas, não significando, todavia, total perda de vínculo com o campo.

Daí também a dualidade de vinculação das populações urbano-periféricas brasileiras com o campo: o de repulsa pelo lado racional, acompanhando o núcleo populacional urbano de berço e tradição, e o do “saudosismo rural”, pelos ângulos cultural e sentimental, ainda enraizado na mentalidade da população que margeia inclusive nossas grandes metrópoles.

No entanto, e apesar das características típicas das populações urbano-periféricas, elas se somam nas ocasiões das grandes decisões políticas que regem os destinos do país, visto primordialmente pelo prisma da dinâmica urbana e apenas abrindo concessões de investimento e valorização às potencialidades e multifuncionalidade da dimensão rural brasileira.

Portanto, o que o título geral desta matéria quer apontar é a oportunidade ou mesmo necessidade de que toda a população urbana, a nuclear e a periférica somadas, seja não apenas conscientizada, mas, de fato, educada, em relação às supramencionadas potencialidades e multifuncionalidade rurais,

para melhor conhecê-las, valorizá-las e implementar o surgimento de classe política interessada por desenvolvimento que gere bem-estar quantitativo-qualitativo a todo e qualquer cidadão brasileiro, independentemente se da cidade ou do campo, dado sua esmagadora supremacia representativa se comparada ao contingente populacional diretamente ligado ao campo.

Multifuncionalidade rural

A Europa – de maneira bem explícita a Noruega e a Suíça –, bem como o Japão e a Coreia, na Ásia, consideram¹ que os seus “territórios rurais” se constituem locais em que se desenvolvem diversas atividades e também se cumprem diferenciadas funções no contexto da sociedade. Isto significa dizer que estes países acreditam e investem na *multifuncionalidade*² do setor rural, cujo papel extrapola a simples bifuncionalidade, como normalmente se conhece e acredita, de produzir alimentos e fornecer matérias-primas para vestir a população. Dentre as várias outras funções que a União Européia³ atribui ao setor rural, entendidas como imprescindíveis, estão as de: garantir a segurança alimentar (as constantes guerras que assolaram a Europa justificam este temor); manter as fronteiras nacionais através da ocupação do território de cada país pela agricultura; assegurar a preservação ambiental necessária à qualidade de vida das populações de cada região e à manutenção das atividades ligadas ao turismo; bem como propiciar diversas outras atividades econômicas, mormente em termos de comércio e demais serviços, que mantenham a população rural no campo, de maneira a evitar o esvaziamento dos territórios rurais e a conseqüente migração das populações campestres para as cidades, com todos os problemas que isto acarreta (aliás, nós – brasileiros – conhecemos e sentimos muito bem os efeitos desse fenômeno migratório nas periferias urbanas, principalmente no que se refere à qualidade de vida das populações urbano-periféricas).

Um país de dimensões continentais como o Brasil deve ter o governo e seu povo como principais defensores da *multifuncionalidade* do setor rural, dando respaldo e apoiando para que o mesmo possa de fato

cumprir as funções de:

- Agente de estabilização social: se a população rural tiver ocupação definida, que garanta vida condigna, dificilmente irá competir por emprego com a população urbana. Trata-se de disputa desigual que apenas serve para inchar os bolsões de pobreza das periferias das cidades, exigindo constantes e altos investimentos em saúde, infra-estrutura básica, educação e segurança, com resultados já reconhecidos como totalmente insatisfatórios para todos os envolvidos. Basta perguntar a quem veio do campo, atraído pela ilusão da cidade, e que agora se encontra em periferia de cidade, se não deseja voltar ao campo caso lhe seja oferecida esta oportunidade. Em pesquisa informal⁴, realizada na periferia da cidade de Campo Grande, a maioria das respostas foi “sim”.
- Fornecedor de alimentos, visando a segurança alimentar: a falta de alimentos básicos levar as pessoas à sublevação, com assaltos e saques, comprometendo seriamente a paz social, a exemplo do que vem acontecendo, infelizmente, com a nossa vizinha Argentina.
- Mecanismo estratégico para a plena ocupação do território nacional: a manutenção da integridade do território nacional só é possível com a efetiva ocupação de seu território, como nos mostra nossa conhecida história em termos de Brasil. O Homem que vive e desenvolve suas atividades no meio rural, ao defender sua propriedade, independente de seu tamanho, é certamente o primeiro guardião do território nacional.
- Produtor de matérias-primas: se pararmos para pensar por alguns instantes na origem das matérias-primas de nossas indústrias, chegaremos à conclusão de que praticamente tudo vem do ambiente rural, pelo trabalho do homem ou por simples extração do solo, da água e das florestas.
- Preservador ambiental: a população rural é a grande responsável pela preservação e utilização sustentável dos nossos recursos naturais, que, além de produzirem riquezas, têm de absorver todos os impactos destrutivos, sobretudo os provocados pelo setor urbano ao ambiente natural. Certamente que muito ainda deve ser feito em

termos de Educação Ambiental para a manutenção de importantes atividades econômicas, tais como: produção de alimentos, turismo e obtenção de fármacos. Além disso, a manutenção e o incremento na qualidade de vida da população urbana e rural dependem diretamente da utilização racional e sustentável de nossos recursos naturais, ao contrário do que se pensava, poucas décadas atrás, hoje sabida e rapidamente esgotáveis pelo uso da tecnologia pesada como recurso de devastação em massa.

Ao tratarmos do rural, devemos evitar a exclusividade do viés agrícola, pois este é apenas uma parte do todo e, na atualidade, nem mesmo a em que mais se investe. Segundo dados do Projeto Rurbano⁵, as ocupações rurais não-agrícolas⁶ (ORNAs) aumentaram, na década de 1990, à taxa de 3,7% ao ano, ao passo que as ocupações agrícolas diminuíram 1,7%. Além disso, a combinação de atividades agrícolas com outras não-agrícolas, fenômeno este denominado *pluriatividade*⁷, vem ganhando importância crescente não só em termos de aumento da quantidade de adeptos como também, e principalmente, pela renda superior proporcionada, se comparada com a exclusivamente oriunda das atividades agrícolas.

No Brasil, convivem lado a lado a agricultura familiar e a empresarial. Talvez sejamos um dos poucos países do mundo, em virtude de nossas características ímpares, a comportar e ter vantagens com a convivência e com o caráter de complementaridade entre ambas. A agricultura empresarial – que envolve elevados investimentos em terras, máquinas, equipamentos, capital humano e tecnologia – está mais voltada para as *commodities*⁸, incentivando as culturas de exportação e/ou que possam ser mecanizadas, as quais são favorecidas pela existência, no Brasil, de grandes áreas agricultáveis e topografia excelente para a mecanização. Por outro lado, o grande número de pequenas propriedades com famílias que se dedicam à agricultura, e poucas chances de conseguir alguma ocupação geradora de renda para sua sobrevivência no meio urbano, permite a produção de outros tipos de alimentos destinados ao mercado interno (agregando valor aos produtos por intermê-

dio do seu beneficiamento primário, com o uso da própria força de trabalho familiar), além da manutenção dessas famílias e viabilização de sua permanência no campo.

A diversificação das atividades produtivas desenvolvidas pelo setor rural reveste-se de importância fundamental porque, além de contribuir para a diminuição dos riscos pela diversidade, enseja oportunidades e condições ao melhor aproveitamento de recursos e potencialidades existentes no meio rural, propiciando o aumento de renda da população aí radicada e refletindo, de maneira positiva, direta e indiretamente assim como imediata e mediatamente, em todos os fluxos de dinamismo e vida também das populações urbanas.

Nesse contexto, o da diversificação produtiva rural, o turismo⁹ merece destaque vez que, em razão das variadas potencialidades oferecidas tanto pela natureza quanto pela ação humana ao longo de todo o nosso território nacional, também pode ser diversificado em termos de: natureza (ou seja, turismo de lazer, científico, relacionado com saúde, esportivo, cultural, social, econômico, etc.) e geração de renda, ou seja, como principal e até única fonte de recursos financeiros ou enquanto renda complementar a atividades agrícolas, pecuárias e outras, empresariais ou de subsistência, em curso no âmbito de cada região ou localidade; e, sobretudo, formação permanente de mentalidade das pessoas (rurais e urbanas, adultas e crianças, ricas e pobres, letradas e iletradas) sobre questões de manejo, preservação, aproveitamento adequado e respeito ao meio-ambiente.

Desenvolvimento Rural e Desenvolvimento Local

Muito se tem dito a respeito de Desenvolvimento Rural em palestras, artigos, propostas de políticas, discursos políticos e reportagens. O que se observa também é que o entendimento do que venha a ser ou se espera que o desenvolvimento rural proporcione não é muito claro, se analisado com mais profundidade¹⁰. Inicialmente acreditamos ser necessário definir o que vêm a ser, em sua essência, alguns termos-chaves muito utilizados, implícita ou explicitamente, tais

como *crescimento, rural, desenvolvimento e Desenvolvimento Local (DL)* por serem os mais relacionados com esta matéria.

O fenômeno denominado “crescimento” implica aspectos quantitativos sem que se correlacione, necessária e diretamente, com outros de cunho eminentemente qualitativos: só aumentar de tamanho e volume nem sempre significa crescimento sadio em termos de gente, coisas e fatos, inclusive no que respeita à qualidade socioeconômica da vida de um local, região ou país. Do contrário, elefantíase e inchaço de qualquer natureza deixariam de ser doenças.

A compreensão exata do que vem a ser rural ou urbano está em discussão desde que alguns pesquisadores começaram a questionar os critérios adotados pelo IBGE, comparando-os com aqueles adotados pelos países europeus (VEIGA, 2001). Para o nosso Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, rural é tudo que não é urbano. Todos os aglomerados (cidades, vilas, distritos) são considerados como área urbana, independente de outros critérios (VEIGA, 2001). De acordo com Veiga (2001, p. 80), o Brasil possui, na realidade 4.500, municípios rurais, nos quais vivem 52 milhões de habitantes, tendo em vista que o critério adotado envolve uma combinação entre a população e a densidade demográfica dos municípios brasileiros.

Já o conceito de desenvolvimento é muito mais amplo, complexo e abrangente do que o de crescimento pode expressar por si só. Desenvolvimento significa, de acordo com Pereira (apud ÁVILA et al., 2000, p. 20):

[...] um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações. Não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social. Na verdade, não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorializado, a não ser para fins de exposição didática. [...] O desenvolvimento, portanto, é um processo de transformação global.

No que diz respeito a Desenvolvimento Local, Ávila et al. (2000, p. 68) assim o conceituam:

[...] o ‘núcleo conceitual’ do desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento - a

partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus *status quo* de vida - das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ (portanto com interesses comuns e situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica), no sentido de ela mesma - mediante ativa colaboração de agentes externos e internos - incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios - ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade - assim como a ‘metabolização’ comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito¹¹.

A separação dicotômica de desenvolvimento em urbano e rural só é possível para fins acadêmicos ou didáticos, tendo em vista que ambos formam um todo indissociável como faces de uma mesma moeda. Na filosofia preconizada pelo Desenvolvimento Local (DL), o desenvolvimento rural, sem se descambar de maneira alguma para a hermeticidade em relação à vida urbana e a outros universos geofísicos, tem razão de ser se visto sob o prisma e de acordo com as aspirações e as condições da população diretamente visada por este processo, bem como considerando, descobrindo e aproveitando as potencialidades, tanto explícitas quanto latentes, e condições imediatas e mediatas que esse meio, como um todo, oferece ou simplesmente detém. Numa visão genérica, considera-se, por um lado, que a gestão mais eficiente e eficaz canaliza a maior parcela de recursos financeiros e os melhores talentos profissionais para o aproveitamento das mais abundantes e rentáveis potencialidades locais e, por outro, que o agronegócio se apresenta, no momento brasileiro, como grande vocação em termos de sadio desenvolvimento rural, em se tratando do mencionado aproveitamento de potencialidades no contexto de toda uma localidade, entendida como município, distrito ou bairro, por exemplo.

Organismos nacionais e internacionais, imbuídos da melhor boa vontade, estão dependendo recursos financeiros e disponi-

bilizando profissionais altamente qualificados com o intuito de “promover” o desenvolvimento rural. Entretanto, como podemos observar, na maioria das vezes trata-se de esforço que conduz ao Desenvolvimento no Local (isto é, em que o desenvolvimento apenas se sedia neste ou naquele local) ou, então, ao Desenvolvimento para o Local (aquele pelo qual o desenvolvimento, além de se sediar neste ou naquele local, irradia benefícios às respectivas comunidades-locais, mas visando principalmente os objetivos e finalidades das próprias instâncias ou agências que o promovem), no entender de Ávila et al. (2000, p. 72).

O primeiro passo para o autêntico desenvolvimento rural requer que tenhamos consciência sobre o que dele entendemos e com ele queremos, visto que o estamos considerando no prisma do *Desenvolvimento Local* assim caracterizado:

[...] o desenvolvimento local só se configurará como autêntico se resultar dos dinamismos e ritmos do progresso cultural da comunidade que cobre a localidade a que se refere, inclusive no que respeita a saber como discernir e implementar o sadio desenvolvimento que se compatibilize com suas peculiaridades e catalise suas potencialidades (ÁVILA et al., 2000, p. 75).

E, quanto à questão dos caracteres auto-sustentabilidade e trabalho integrado, a conclusão a que chegou o já mencionado grupo de estudos, sobre Desenvolvimento Local, é a de que os mesmos são inerentes tanto aos próprios conceitos e quanto à dinâmica processual dessa modalidade de desenvolvimento, desde que evidentemente não confundida com desenvolvimento no local ou para o local, como antes mencionado (ÁVILA et al., 2000, p. 91). O Desenvolvimento Local implica, por natureza e essência, que a evolução desenvolvimentista se torne endógena, por envolvimento e atuação ativo-participativa da comunidade no âmbito da localidade com a qual se relaciona, visando permanentemente a processual conquista da auto-sustentabilidade, pela ininterrupta aquisição de capacidades, competências e habilidades de se desenvolver, de forma que se quebrem os círculos-viciosos das eternas dependências externas quanto a iniciativas e investimentos de toda ordem: “No processo de desenvolvimento, o alvo central é o ser humano como artesão do seu êxito ou fracasso” (ÁVILA et al., 2000, p. 23).

Educação política da dimensão urbana da comunidade local

E outra conclusão extremamente importante a que o referido grupo chegou é a de que a educação tem papel vital nesse processo de desenvolvimento, ficando aí subentendido que a educação começa e permeia o processo como um todo bem como suas dimensões componentes, sobretudo a rural hoje normalmente relegada a segundo plano em nosso contexto de economia e sociedade urbanizadas, tendo em vista que:

[...] o verdadeiro desenvolvimento local implica a formação e educação da própria comunidade em matéria de cultura, capacidades, competências e habilidades que permitam a ela mesma, evidentemente com a ajuda de todos os agentes e fatores externos – e não o inverso –, agencie e gerencie todo o processo de desenvolvimento da respectiva localidade (ÁVILA et al., 2000, p. 75).

Por outra, o coordenador do grupo acima referido, Prof. Dr. Vicente Fideles de Ávila, avançou seus estudos voltados à educação e vem de publicar o livro *Educação escolar e desenvolvimento local: realidade e abstrações no currículo*, que, ao tratar da relação temática *Educação Escolar versus Desenvolvimento Local*, assim o introduz e conclui:

Em termos mais descritivos, essa relação é focada como indispensável e intercomplementar, tendo em vista que a educação escolar pode, ou mesmo deve, tornar-se dinamismo formador de gerações que capilarizem a cultura do *desenvolvimento local endógeno* (de dentro para fora) no seio de suas próprias comunidades-locais, sem enfraquecer ou desvirtuar os compromissos e atividades de ensino-aprendizagem que a sociedade espera e cobra da instituição escolar (p. 9).

Educação e desenvolvimento têm-se constituído duas temáticas dicotomicamente tratadas em nossa história: a educação escolar exacerbadamente centrada no circuito fechado do processo ensino-aprendizagem e o desenvolvimento economicamente submetendo povos, grupos e indivíduos a regras capitalistas de jogo. [...] Mas essa dicotomia não tem a mínima razão-de-ser no contexto da relação entre *educação escolar* e *desenvolvimento local*. Este emerge de dinâmicas sócio-culturais orientadas para a endogeneização de capacidades, competências e habilidades nas comunidades-locais a fim de que se desenvolvam em todos os sentidos, e não apenas economicamente: por ele, o desenvolvimento sócio-cultural é que gera o desenvolvimento econômico, e não o contrário, de acordo com as teorias e práticas capitalistas vigentes (p. 91-92).

Portanto, a educação para o Desenvolvimento Local não se restringe a movimentos de educação informal comunitária, mas pode e deve enraizar-se e perpetuar-se também na dinâmica escolar, visto esta constituir-se viveiro de formação comunitária e societária dos futuros sujeitos e, ao mesmo tempo, agentes do desenvolvimento comunitário-local.

Mas, retomando o título desta seção (“Educação política da dimensão urbana da comunidade local”), convém ressaltar que a manutenção da vida e o desenvolvimento das pessoas que vivem no meio urbano dependem diretamente do meio rural. O desenvolvimento rural (isto é, das pessoas radicadas nessa área: o que importa e tem de se desenvolver é o homem que dinamiza e equilibra sua interação com o meio) trará, inevitavelmente, também o desenvolvimento para o setor urbano, subsidiando melhoria de vida para as pessoas que aí residem.

O processo de conscientização da população urbana, sobre a importância vital do meio rural – inclusive para ela mesma –, é tão importante quanto formular políticas públicas que beneficiem ou dêem sustentação a algumas atividades ou questões rurais. Isso, tendo em vista a multifuncionalidade rural, referida logo no início desta matéria, que se desenrola no meio rural e os indelévels laços de dependência ou correlação que as cidades – seu crescimento, seus problemas e o próprio desenvolvimento das pessoas que as habitam – têm em relação a essa multifuncionalidade como infra-estrutura de sustentação da complexa vida urbana.

Somente com visceral conscientização da população urbana a respeito dessas questões é que as lideranças políticas, também conscientizadas e assessoradas pela sociedade civil organizada, assim como por técnicos capacitados, poderão propor e adotar decisões a favor do setor rural de forma a se tornarem aplaudidas, cobradas e apoiadas inclusive pela própria população urbana, cujo volume de voto é fundamental para eleger e balizar a atuação dos políticos que tomam tais decisões, justo por ser largamente majoritária em relação à população rural geral, sobretudo a votante.

Nos dias de hoje, todas as decisões que interferem de forma significativa em nossas

vidas, tanto positiva quanto negativamente, para efeito de melhoria ou até de degradação das condições e qualidade de vida, são políticas. Mas enquanto persistirem idéias errôneas sobre o campo, como foi apontado de maneira gritante na pesquisa realizada pela acreditada revista *Exame*¹², o desenvolvimento não chegará ao campo, as cidades serão prejudicadas e o Brasil todo perde. Essa pesquisa ouviu a população urbana para saber quais os setores que mais contribuem, para o desenvolvimento do país, e os que mais o atrapalham, ficando o campo em quarto lugar no grupo dos que mais atrapalham: 19% das pessoas entrevistadas opinaram (portanto acreditam nisso) que o campo (naturalmente só representado pelos fazendeiros) é um dos setores que mais atrapalha o desenvolvimento do Brasil¹³.

Esse resultado denota claramente o pensamento que domina a população urbana, que se reflete em nossos políticos e precisa ser modificado urgentemente, tendo como base a atuação conjunta da minoria rural e suas entidades representativas com outros segmentos da sociedade civil organizada (sindicatos, associações, federações, entidades de classe, conselhos profissionais, ong’s, etc.), conferindo ênfase à permanente e indispensável busca de apoio da mídia nacional.

Breve conclusão

E o que se pode concluir, de toda esta matéria, é que o estudo e a divulgação da importância multifuncional da dimensão rural precisam urgentemente inserir-se em todos os âmbitos de qualquer comunidade – localidade, fundamentalmente em seu horizonte urbano – por este influenciar decisivamente a formação política e as decisões dos políticos sobre o todo da comunidade-, tanto por meio de movimentos de educação informal quanto da inserção na própria dinâmica escolar dos diferentes graus de ensino, da Educação Infantil à Superior.

Dessa forma, as populações rural e urbana, esta majoritária, poderão interferir e exigir das lideranças políticas ações que permitam ao setor rural cumprir plenamente suas funções em benefício de toda a sociedade brasileira.

Notas

- ¹ Página: <<http://europa.eu.int/comm/archives/leader2/rural-pt/biblio/model/art02.htm>. Acesso em: 27/05/2003.
- ² “Estes países reconhecem todos o facto de a agricultura ter muitos papéis a desempenhar para além da produção de bens agrícolas e alimentares. E consideram que, devido a esta especificidade, a agricultura merece um tratamento particular nas negociações comerciais internacionais a fim de preservar os papéis que a agricultura desempenha para o ambiente, para as paisagens rurais e também para o desenvolvimento rural.” (<<http://europa.eu.int/comm/archives/leader2/rural-pt/biblio/model/art02.htm>, acesso em 27/05/2003).
- ³ A visão da União Européia sobre a multifuncionalidade é de que “a agricultura contribui para a preservação, manutenção– e valorização das paisagens. Por outro lado, sublinhe-se ainda o facto de os caminhos rurais, as áreas de lazer, os bosques e outros elementos- da paisagem e do património rural terem uma vocação recreativa que se encontra em plena expansão”: <<http://europa.eu.int/comm/archives/leader2/rural-pt/biblio/model/art02.htm>, acesso em 27/05/2003.
- ⁴ Pesquisa realizada pela EMPAER- (Empresa- de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso do Sul) no ano de 1980 com pessoas de origem– rural e que na época se encontravam morando na periferia de Campo Grande (MS).
- ⁵ Este projeto propõe cinco grupos de políticas, consideradas fundamentais para o desenvolvimento rural brasileiro (UNICAMP, 2000):
- “a. Políticas de “desprivatização” do espaço rural tais como a criação de programas de moradia rural, recuperação de vilas e colônias, implantação de áreas públicas para lazer no entorno de reservas ecológicas, parques e represas; e a implantação de uma reforma agrária não exclusivamente agrícola nas regiões Centro-Sul do país;
- b. Políticas de urbanização do meio rural visando a criação de infra-estrutura de transportes e comunicações, bem como a extensão dos serviços urbanos básicos, principalmente água potável, energia elétrica, saúde e educação;
- c. Políticas de geração de renda e ocupações não-agrícolas, que visem estimular a pluriatividade das famílias rurais e outros usos para os espaços rurais (como o turismo, a moradia e a preservação ambiental), promovendo também a re-qualificação profissional necessária dessa população para a sua reinserção nesses novos segmentos de prestação de serviços pessoais que estão surgindo;
- d. Políticas sociais compensatórias ativas, tais como aposentadoria precoce em áreas desfavorecidas, estímulo a jovens agricultores, renda mínima vinculada à educação de crianças (como no caso dos cortadores de cana mirim, das carvoarias), etc.;
- e. Um re-ordenamento político-institucional que reconheça as novas formas de regulação que vem surgindo no novo rural e que permitam tanto superar o tratamento individualizado dado até aqui aos
- beneficiários das políticas públicas, como fortalecer novas estruturas do poder local para que seja possível a efetiva descentralização das atuais políticas públicas do país”.
- ⁶ A classificação em ocupação agrícola (ocupação relacionada a atividades agropecuárias) e não-agrícola (ocupações relacionadas a agroindústria, prestação de serviços pessoais, construção civil, comércio, etc.) diz respeito à ocupação principal que a pessoa está exercendo no período de tempo em que foi realizada a pesquisa: “[...] embora a literatura disponível refira-se quase sempre aos empregos rurais não-agrícolas (ERNA), o correto seria falar de ocupações rurais não-agrícolas (ORNA), pois grande parte dessas pessoas [...] são trabalhadores por conta própria e não necessariamente empregados.” (UNICAMP, 2000)
- ⁷ O termo *pluriatividade*, segundo as informações da pesquisa *Rurbano* (UNICAMP, 2000), pode ser assim entendido: “O conceito de pluriatividade permite descrever a conjunção das atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não-monetários, independentemente de serem internas ou externas à exploração agropecuária. Isso permite considerar todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não-assalariado, realizados dentro e/ou fora das explorações agropecuárias. Desse modo, os conceitos de diversificação produtiva e da agricultura a tempo parcial ficam contidos no conceito de pluriatividade; como queríamos analisar todos os integrantes da família, a unidade relevante de análise passa da exploração agrícola para as famílias ou domicílios rurais nela contidos”.
- ⁸ “Com a unificação dos mercados propiciada pela globalização, o mercado agrícola mundial passou a dividir-se, simplificada, em produtos de *commodities* e produtos especializados ou diferenciados. Entretanto, a agricultura de *commodities* induz maior concentração de terras, exige cada vez mais capital tecnológico, busca alta eficiência produtiva e faz surgir a agricultura de precisão. Para a agricultura familiar, a realidade imposta pelos anos 90 aponta a necessidade da diversificação, da agregação de valor aos seus produtos, da ocupação de espaços consistentes de mercado com produtos diferenciados /especialidades, enfim, da geração de alternativas econômicas como sustentáculos para sua viabilização” (GUSI, 2000) .
- ⁹ “O Turismo no espaço rural é concebido pela extensão em Minas Gerais como parte do processo de desenvolvimento local; onde as pessoas do meio rural organizadas em grupos de interesses comuns trabalham com recursos e possibilidades da própria localidade, buscando melhores condições de mercado para a produção, qualidade de vida, desenvolvimento e sustentabilidade. [...] No momento em que se aceleram a globalização da economia, a industrialização e a comunicação, podemos perceber um fenômeno paradoxal da valorização do pequeno, do raro, do diferente, do natural, das potencialidades locais e das formas de sabedoria típicas do homem do campo” (GUIMARÃES, 2000).
- ¹⁰ “O Brasil, a África do Sul e a Colômbia são nações que adotaram um padrão de desenvolvimento

agrícola e rural caracterizado pela 'expulsão prematura de trabalho'. A partir dos anos 60 suas políticas governamentais passaram a promover a superação de anacrônicas relações de trabalho por meio de uma caríssima modernização de grandes fazendas que envolveu crédito subsidiado, investimento a fundo perdido em infra estrutura, e sistemas estatais de comercialização. Uma modernização que condenou um grande número de agricultores à decadência; forçou grande parte da força de trabalho rural a favelizar periferias urbanas; e fez dobrar ou triplicar o número de pobres rurais, elevando a níveis insuportáveis a violência, a destruição ambiental e a criminalidade. Essa é a visão do principal especialista em desenvolvimento rural do Banco Mundial, Hans P. Binswanger." (VEIGA, 2000).

¹¹ Na realidade, o referido grupo de estudos retomou o "núcleo conceitual" já formulado em artigo publicado por Ávila (2000, p. 68), acrescentando-lhe as especificações ou explicitações, entre hífens, relacionadas com os conceitos implicados pelo *Desenvolvimento Local* e estudados pelo grupo, conforme mencionado anteriormente.

¹² Pesquisa encomendada pelo Instituto Pão de Açúcar (braço social do Grupo Pão de Açúcar) e publicada pela *Exame* em agosto de 2001.

¹³ Os pesquisadores entrevistaram – 2.000 pessoas como amostra seletiva – nacional e urbana – das classes A, B e C. Dentre outras questões, perguntou-se: "Quais os setores que atrapalham o progresso e o desenvolvimento do país?". E os 19%, acima registrados, foram compostos pelos seguintes tipos de respondentes, que integraram a amostra, e respectivos percentuais: políticos, 54%; banqueiros, 53%; juízes, 39%; fazendeiros, 19%; e funcionários públicos, 14%. (BLECHER, 2001).

Referências bibliográficas:

ÁVILA, Vicente Fideles de. *Educação escolar e desenvolvimento local: realidade e abstrações no currículo*. Brasília: Plano Editora, 2003.

_____. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Campo Grande: UCDB, v. 1, n. 1, set. 2000, p. 63-76.

ÁVILA, Vicente Fideles de; CAMPOS, Izaura M. Moura; ROSA, Maria Vilma Casanova; et al. *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. Campo Grande: UCDB, 2000.

BLECHER, Nelson. O Brasil e os brasileiros: saiu bem na foto? *Revista Exame*, São Paulo, a. 35, n. 16, p. 16-17, ago. 2001.

GUIMARÃES, Cléia Venina Ruas M. A empresa de assistência técnica e extensão rural de minas gerais – Emater-MG no contexto do turismo rural mineiro. In: ORNAS OCUPAÇÕES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS, 2000, oficina de atualização temática, Londrina. *Anais...* Londrina: IAPAR, 2000, p. 105-152.

GUSI, Luiz Damaso. Fábrica do agricultor. In: ORNAS OCUPAÇÕES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS, 2000, oficina de atualização temática. Londrina. *Anais...* Londrina-PR: IAPAR, 2000, p. 81-104.

UNICAMP. *Projeto Rurbano*. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br>>. Acesso em: 5 set. 2000.

VEIGA, José Eli da (coord.). *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília: Convênio FIPE-IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

VEIGA, José Eli da. *A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.